

## MARKETING ECOLÓGICO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES PERVERSAS DO “AMBIENTALISMO VERDE” NA SOCIEDADE CAPITALISTA

César Augusto Soares da Costa (\*)

---

Fecha de publicación: 01/07/2012

**Resumo:** O artigo discute à luz do pensamento crítico a relação do “marketing ecológico” e seu projeto societário que interessa ao debate ambiental contemporâneo, bem como seu contraponto ao movimento ambiental (*in*) sustentado pela lógica do capital. Compreendemos que o ambientalismo aponta para alguns grupos que possuem diversas reações a crise ambiental, dos quais sugere um posicionamento crítico confrontando como a visão de pensamento pragmático, que abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o *desenvolvimento sustentável* e para o *consumo sustentável*, cuja expressão é o ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída, muito menos não questiona de modo mais profundo a dinâmica da sociedade capitalista. Tal Educação Ambiental será a expressão do mercado, na medida em que ela apela ao bem-senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto convocando a responsabilidade das empresas.

**Palavras-chave:** Ambientalismo, consumo sustentável, marketing verde.

**Abstract:** The article discusses the light of the relationship of critical thinking "green marketing" and its societal project of interest to contemporary environmental debate, as well as its counterpart to the environmental movement (*in*) sustained by the logic of capital. We understand that environmentalism points to some groups that have different reactions to the environmental crisis, which suggests a critical position as the vision of

---

(\*) Sociólogo e Pesquisador. Doutorando em Educação Ambiental/FURG. Mestrado em Ciências Humanas/PUCRS. Membro do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade/LIEAS-UFRJ. Bolsista do CNPq-Brasil.  
[csc193@hotmail.com](mailto:csc193@hotmail.com)

confronting pragmatic thinking, including, in particular, the chains of Education for sustainable development and sustainable consumption, which environmentalism is the expression of results, pragmatism and contemporary environmentalism market resulting from the neoliberal hegemony established, much less does not question more deeply the dynamics of capitalist society. This Environmental Education will be the expression of the market, insofar as it appeals to a sense of well-individuals to sacrifice some of your standard of comfort calling for corporate responsibility.

**Key-words:** Environmentalism, sustainable consumption, green marketing.

### **Reflexões introdutórias**

Tanto que sob o manto da ideologia capitalista, a natureza é da crise ambiental obscurecida e ela torna-se uma oportunidade de negócios rentáveis, vista na forma de green capitalismo, com seus produtos e serviços ecologicamente corretos. Em que pese o potencial paliativo desses setores novos, o capitalismo verde não se conforma, nem sequer se aproxima de uma abordagem verdadeiramente resolutiva. Crer nas promessas repetidas dos “eco-contos” que embalam o sono profundo das consciências ecologicamente cultivadas, dia e noite e noite adentro, o capital segue sua lógica de acumulação e expansão (TERCEIRO, s/d, p. 31).

A partir deste fragmento da autora Emanoela Terceiro, podemos assinalar alguns elementos que interessam ao debate ambiental contemporâneo, bem como seu contraponto ao movimento ambiental (in) sustentado pela lógica do capital. Assim, compreendemos que o ambientalismo aponta para alguns grupos que possuem diversas reações a crise ambiental, dos quais pensamos que a posição da autora, sugere também um posicionamento crítico denominado como um pensamento pragmático, que abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o *desenvolvimento sustentável* e para o *consumo sustentável*, cuja expressão é o ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída, muito menos não questiona de modo mais profundo a dinâmica da sociedade capitalista (LAYRARGUES E LIMA, 2011). Tal Educação

Ambiental será a expressão do mercado, na medida em que ela apela ao bem-senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto convocando a responsabilidade das empresas. Para Layrargues (s/d), o equívoco da interpretação do pensamento do movimento ambientalista é vê-lo como um bloco monolítico e coeso, que resulta no erro da generalização e acarreta num outro sério problema, quando se coloca as múltiplas idéias e manifestações ambientalistas frente a frente, e se verifica a existência de elementos contraditórios.

## **1 Educação Ambiental e “ambientalismo verde”: crítica e autocrítica**

O que entendemos pelo chamado “ambientalismo verde” e Educação Ambiental? Compreendemos que também dentro da questão ambiental aparecem formas distorcidas que equiparando os sujeitos e suas responsabilidades individuais na tentativa de equacionar os problemas ambientais decorrentes, tornam o grave equívoco esconder o antagonismo latente das classes e suas ideologias nas relações alicerçadas sob o jugo do capital, ou seja, nas relações entre a sociedade e natureza! Pois para algumas tendências dominantes e retrógradas da Educação Ambiental há um denominador comum preposições a favor da *despolitização* da questão ambiental (COGGIOLA, s/d). Alude-se ao meio ambiente como fator nocivo que precisa ser curado e exorcizado frente ao antropocentrismo reinante, mas em nenhum caso asseveram para a “doença” que deve ser tratada. Este argumento, torna seus discursos inócuos com a qual se construiu pela história a crença de que somos nós os molestadores da natureza, excluindo do debate sócio-político os reais mecanismos de manutenção desta “doença” chamada capitalismo e seus níveis aceitáveis de padronizar o consumo.

Um exemplo destas relações perversas do capital está na aclamada propaganda de uma empresa de refrigerantes onde coloca como máxima expressão da responsabilidade social a perspectiva da reciclagem através do catador e sua “suposta dignidade humana” enquanto e como trabalhador. Tal expressão, remete à uma “falsa sustentabilidade”, por não questionar de modo mais profundo as relações de trabalho e da reciclagem alicerçadas na dinâmica perversa da produção, distribuição, circulação e consumo (MARX, 1985) sem alterarem a produção do capital e do lucro.

Desse ponto de vista, as relações capitalistas são validadas a partir de uma ideologia dominante, onde o papel das classes sociais é omitido do processo. Uma das maiores contribuições sobre o papel da ideologia na sociedade encontrou em Antônio Gramsci seu porta-voz. Para ele o aspecto

contraditório em que se move o controle social na relação Estado/sociedade, está na sociedade civil que se constitui em campo de luta de classes na disputa pela imposição de projetos societários diferentes ao conjunto da sociedade (MARTINS, 2005). Este controle poderá ser maior de uma classe ou de outra em determinados momentos, de acordo com a capacidade destas em formar consensos em torno do seu projeto e torná-lo hegemônico. Gramsci concebe a ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva”. Portanto, para Gramsci, a ideologia estaria presente em todas as atividades humanas, não se traduziria apenas no campo da produção de idéias, mas na materialidade em si.

O autor aborda sobre um embate entre forças antagônicas das *filosofias da transformação*, que estão relacionadas com as mudanças nas relações de ordem econômica e social e a *filosofia da aceitação* relacionadas ao poder hegemônico no sentido da primeira prevalecer sobre a segunda. Para ele, deve ocorrer através da educação que possui um papel central porque ela pode permitir uma construção social de uma nova hegemonia relacionada a um homem com formação plena cultural e intelectualmente através do materialismo histórico e dialético. Gramsci sustenta que esta “filosofia de transformação” é pertencente à classe dos subalternos, pois permite uma compreensão crítica das relações sociais (MARTINS, 2005).

O filósofo da práxis desenvolve o conceito utilizado de *senso comum* e sua relação com a ideologia. Para o autor, “*senso comum*” é conhecimento que se tem da realidade, visão de mundo de um indivíduo, grupo/classe social, sendo uma das partes determinantes da formação social e econômica. Segundo Gramsci, os subalternos têm de si um *senso comum* que lhes garante conservar a unidade ideológica de todo bloco social cimentado por determinada ideologia. Isto indica a necessidade de criticar o senso comum vigente até que se possa superá-lo mediante a elaboração de uma nova visão de mundo. Ou seja, para ele, a *visão de mundo* dos dominados deve ser desenvolvida até tornar-se um *novo senso comum* entre os subalternos que seja capaz de unir esse bloco para que possa orientar ética e politicamente as suas ações na direção de uma nova sociedade. Incita as classes dominadas a manifestarem sua *consciência da realidade* e também seus interesses como classe, constituindo uma *filosofia de transformação* frente uma *filosofia de aceitação* das classes dominantes (MARTINS, 2005). Assim, a disputa é travada no solo cultural e ideológico para que se consiga determinar a ação coletiva, onde o papel dos intelectuais tem seu destaque nesta luta antagônica.

Ou seja, apregoada pelo *marketing verde e serviço ecologicamente correto*, a denominada “sustentabilidade” proposta pela empresa de refrigerantes não somente aparece como uma falácia, mas também, sugere uma lógica insustentável por não questionar, nem transformar as estruturas sociais e também o processo produtivo radicalmente, gerando desigualdades sociais de toda ordem (consumismo, subemprego). Pensando assim, o nobre trabalhador-catador nem sequer se dá conta e possui uma consciência crítica sobre seu papel reprodutor na engrenagem do capital, pois não podemos considerar uma sociedade sustentável, onde ainda prevaleçam interesses antagônicos as necessidades humanas.

## **2 Educação Ambiental, Dialética materialista e relações de trabalho**

Através desta problemática, é necessário chamarmos ao debate a dialética materialista, que levando em contas as relações contidas no processo do capital, aponta no sentido e na finalidade do trabalho as distorções (contradições) asseguradas por lógicas “não humanizadas”, uma vez que, “as tradições clássicas burguesas, assim como da marxista compartilham do ponto de vista de que o trabalho é o fato social principal. Elas concebem a sociedade moderna e sua dinâmica central como uma sociedade do trabalho” (OFFE, 1994, p. 164). Certamente todas as sociedades são forçadas a entrarem num “metabolismo com a natureza” por meio do trabalho e a organizarem esse metabolismo de forma que seus produtos garantam sobrevivência física de seus membros (OFFE, 1994). Daí, assinalarmos para a questão do trabalho e seu papel no processo de evolução humana a partir na natureza.

Para chegarmos a uma definição de trabalho, é preciso procurar os elementos que definem, ao longo da trajetória humana bem como as relações estabelecidas entre o homem e o ambiente (COSTA; VERAS NETO E LOUREIRO, 2011). Ora, “o trabalho só começa quando uma determinada atividade altera os materiais naturais, modificando sua forma original” (COGGIOLA, 2002, p. 182). Ou seja, pode-se definir o trabalho como o processo que realiza a mediação entre o ambiente e o homem, quando este põe em ação as forças de que seu corpo está dotado – braços, pernas, cabeça, mãos –, transformando os elementos que encontra disponíveis na natureza em produtos, suprindo assim suas necessidades, não importando “se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1985, p. 45). O trabalho assim concebido – ação deliberada sobre o meio, caracterizada e dirigida pela inteligência e pela capacidade de abstração e formulação de conceitos – nada tem a ver com as atividades que realizam outros animais, como as abelhas ou as formigas. O homem, ao atuar “sobre

a natureza externa a ele e ao modificá-la, modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1985, p. 49). O trabalho humano não é ação sobre o meio realizado de forma instintiva ou mecânica, mas processo complexo de aprendizagem, onde o homem não se limita a repetir ações e processos, como os outros animais, mas desenvolve técnicas e tecnologia que lhe são úteis. Ou seja, o homem se diferencia, pois cria suas próprias ferramentas e sua ação não se limitam a modificar os materiais que encontra disponíveis na natureza:

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 149-50).

Todavia, entendemos no escopo do pensamento marxista que o trabalho humano media a relação homem-natureza, tornando adaptada a natureza as demandas humanas, mas a fonte de riqueza é a natureza da qual são os produtos e bens de consumo por via do trabalho (RODRIGUES, 2002). Marx evidencia em sua abordagem, que humanidade e natureza estão inter-relacionadas e que a maneira historicamente específica das relações de produção constitui o cerne dessa inter-relação em qualquer período. Pois o mesmo, já havia aludido nos *Manuscritos de 1844*, citados por Foster e Lowy tal relação:

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é parte dela (FOSTER, 1999, p. 165; LOWY, 2005, p. 21).

Desde os primeiros tempos da humanidade houve uma *divisão do trabalho*, que no início se dava em função de características fisiológicas, como gênero, idade, força física, até considerando mútua cooperação entre culturas e exercendo influência nos povos contemporâneos (DURKHEIM, 2005). Nas sociedades antigas o trabalho se dava de modo coletivo, orgânico, destinado basicamente a produção de bens, visando de maneira objetiva à satisfação das necessidades primárias e o cerne limitava-se à obtenção de valores de uso (RODRIGUES, 2002, p. 12). A própria dança, o folclore, os rituais ensejavam uma base cultural de mediação do homem e

da natureza, ainda não dicotomizada pelas relações produtivas engendradas na Antiguidade ou nos novos entornos sociais do capitalismo estabelecido no sistema mundo, com seu centro e sua periferia.

Logo, é nas sociedades capitalistas que as mediações se tornam mais complexas, onde o valor atua como mediador das relações humanas e de acesso à natureza (RODRIGUES, 2002, p. 12). Mas, à medida que o trabalho se diversificava e se tornava mais complexo, tanto a técnica como a tecnologia, essa primeira divisão do trabalho foi sendo superada pela divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Passava a haver, quanto à função imediata do indivíduo no meio social, um trabalho realizado pela mente e um trabalho realizado pelas mãos, sendo o primeiro entendido como afastado da prática humana, um produto da consciência humana e não de um órgão. Cada indivíduo ficou limitado a esferas profissionais particulares, exclusivas, não devendo sair delas, sendo unicamente caçador, operário, professor ou administrador. Com essa divisão, o trabalho e seus produtos passaram a ser, qualitativa e quantitativamente, distribuídos de forma desigual (MARX E ENGELS, 1996, p. 44-48). Também as relações homem-natureza assumem novos postulados, em que novas perspectivas são assumidas no lucro, exigindo um uso mais acelerado dos recursos naturais extraídos pelo trabalho (RODRIGUES, 2002, p. 12).

### **3 Conclusão: estranhamento do capital, Estado e questão ambiental**

Retomando nossa argumentação, defendemos dialeticamente uma *sustentabilidade social* pautada numa justiça distributiva e da satisfação das necessidades básicas, como também uma *sustentabilidade política* pela busca e consolidação dos espaços públicos e deliberativos rumo à efetivação da cidadania (LOUREIRO, 2003). Pois na lógica da reprodução, o capitalismo torna-se meio e fim em si mesmo para se manter em movimento, gerando lucros e procurando reaquecer a economia, necessitando dia após dia, do aumento da produção e consumo (LOUREIRO, 2010).

Conseqüentemente, inúmeras pseudo-possibilidades a partir da lógica e estranhamento do capital podem ser feitas:

- Uma primeira é o papel da mídia como um aparato ideológico do Estado (no sentido Althusseriano) que exerce e desempenha um papel fundamental na (des) informação e alienação da realidade, haja vista sua ação tendenciosa que

visa expressar-se como dramática, romântica a apolítica frente aos seus interlocutores.

- Uma segunda, que o Estado é visto como um campo de ação pouco efetivo pelos vícios da burocracia, que diminui a sua eficiência e regulação. Nesta perspectiva, exagera-se o papel da sociedade civil em detrimento dos aparelhos ideológicos do Estado e do seu entendimento como totalidade (governo e sociedade, no sentido gramsciano) e suas instituições governamentais como mediadoras das relações sociais.
- Uma terceira, atenta que para militantes ambientalistas os conceitos de cidadania e consciência crítica são conceitos superados, desconsiderando indevidamente a natureza como a única visão no pensamento social, cujo descolamento da realidade se dá mediante práticas eco-pedagógicas e sociais cooperativas como se questão ambiental fosse homogenia em suas bases epistemológicas.
- Por fim, alude-se que as empresas (como a citada neste texto), mobilizam-se para alcançar padrões ambientalmente aceitos, sendo que tais termos parecem mais ligados às exigências do mercado do que a princípios éticos ou de defesa da natureza (LOUREIRO, 2010) e do ser humano.

Finalizamos nossa reflexão, afirmando que a busca no ambientalismo de novos padrões civilizatórios e ecologicamente aceitáveis, ao incorporar necessárias e fundamentais dimensões próprias à discussão sociedade-natureza, está desconsiderando a análise crítica de sua historicidade de aspectos sociais vigentes. Para ganharmos em consistência, a relação teoria social x questão ambiental precisa ser incorporada ao caráter crítico e dialético das relações sociais, tanto quando desta com a natureza, incorrendo ao grave equívoco de deslocarmos da dimensão ambiental seu caráter político e emancipatório!

Em nossa compreensão, não há *sociedade sustentável* se não transformarmos as relações humanas, sociais, políticas e econômicas, onde tal processo é primordial para refletirmos pelo viés social e político da Educação Ambiental Transformadora, dos quais são introduzidos no debate conceitos-chave como Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental (LAYRARGUES, 2011), bem como o questionamento radical ao modelo vigente de sociedade.



#### 4 Referências bibliográficas

COGGIOLA, O. (Org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 371-377.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, luta de classes e a necessidade do socialismo. *Dossiê marxismo e ecologia*. s/d.

COSTA, César Augusto; VERAS NETO; Francisco; LOUREIRO, Carlos Frederico. Trabalho. Trabalho, Materialismo e Natureza segundo Marx e Engels. *Contribuciones a la Economía*, Málaga (Espanha), v. 2, 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2011a/cnl.htm>. Acesso em: 04/12/2011.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOSTER, Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen; FOSTER, B. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 161-174.

LAYRARGUES, P. Políticas públicas para a educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa. s/d.

LAYRARGUES, P; LIMA, G. *Mapeando as macro-tendências político pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil*. Ribeirão Preto: VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.). *Sociedade e meio ambiente*. Salvador: Centro de Recursos ambientais, 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria social e questão ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B, LAYRARGUES, P; CASTRO, R. (Orgs.). *Sociedade e Meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-51.

LOWY, Michael. Progresso destrutivo: Marx, Engels e a Ecologia. In: LOWY, M. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21.

MARTINS, Marcos Francisco. Disputa pela hegemonia: O valor ético-político pedagógico do senso comum e da filosofia em Gramsci. In: LOMBARDI, C; SAVIANI, D. (Orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: 2005. p. 123-59.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. V. 1, Tomo 1, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. I, t. 1.

MARX, Karl, ENGELS, F. *A Ideologia alemã: (I-Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Francisco. Estudo do meio ambiente e a tradição marxista. Santa Cruz, *Barbarói*, n. 17, jul-dez, 2002, p. 7-21.

TERCEIRO, Emanoela. *Crise ambiental e produção destrutiva: apontamentos sobre a insustentabilidade do eco-desenvolvimento capitalista*. Dossiê marxismo e ecologia. s/d.